

# RES: Urgente Enc: Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 117/2023

## Divisão de Projetos, Orçamento e Fiscalização de Obras

ter 28/11/2023 16:49

Para: Francisco Luis Duarte <flduarte@trf2.jus.br>;

Cc: Secont <secont@trf2.jus.br>; Secretaria de Infraestrutura e Logística <sie@trf2.jus.br>;

Sr. Pregoeiro,

Em relação à impugnação apresentada pela empresa LRA COMÉRCIO E SERVIÇOS, solicitando “a exclusão da exigência de cadastro, ou, alternativamente, a adoção de critérios que permitam a comprovação da capacidade técnica de forma mais ampla e acessível”, esclareço que a exigência da inscrição no Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) tem como base delegação de competência do Corpo de Bombeiros de cada unidade federativa para “*estudar, analisar, planejar e elaborar as normas de segurança contra incêndio e pânico, bem como exigir e fiscalizar seu cumprimento*”.

Considerando que o edifício do TRF 2ª Região está situado na cidade do Rio de Janeiro, torna-se imperativo o cadastramento da empresa no Corpo de Bombeiros local, uma vez que cada unidade estadual possui critérios específicos para a aprovação de projetos.

A exigência está alinhada nas disposições normativas estabelecidas no art. 35, inciso I do Decreto nº 42, de 17 de Dezembro de 2018, que determina que empresas habilitadas a elaborar projetos de segurança contra incêndio e pânico manterão um cadastro atualizado junto ao CBMERJ.

Nesse sentido, informo que existem várias empresas registradas no CBMERJ e qualificadas nesse setor no Estado do Rio de Janeiro, e a comprovação de sua qualificação e capacidade técnica em projetos elaborados de acordo com as normas do CBMERJ se revela indispensável para que a empresa demonstre sua capacidade para cumprir o objeto do contrato nos termos de qualidade e prazos estipulados e em total conformidade com as normativas aplicáveis.

Ademais, frente à urgência e à necessidade de aprovação do projeto de combate a incêndio e pânico para um prédio existente e em funcionamento como é o caso do prédio do TRF, torna-se inviável aguardar o tempo necessário para que uma empresa obtenha seu registro junto ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, especialmente considerando os prazos estabelecidos para a elaboração do Projeto previstos no Edital.

Concluindo, ratifico a necessidade da exigência contida no item 9.5 1 do Edital ressaltando que a mesma não configura uma restrição indevida à competitividade, mas sim uma demanda pertinente e legal para a execução contratual, em conformidade com a legislação vigente.

Atenciosamente,



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal - 2ª Região

**Alexsandro Santos Campelo**

Analista Judiciário / Engenharia Civil

Diretor da Divisão de Projetos, Orçamento e Fiscalização de Obra

Rua Acre nº 80, 16º andar – Sala 1603 -Centro, RJ

Tel: (21) 2282-8193

**De:** Francisco Luis Duarte

**Enviada em:** segunda-feira, 27 de novembro de 2023 15:40

**Para:** Divisão de Projetos, Orçamento e Fiscalização de Obras

**Cc:** Secont

**Assunto:** Urgente Enc: Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 117/2023

A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a elaboração dos Projetos Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico**, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

Prezados,  
Segue impugnação para fins de manifestação.  
Francisco Duarte  
Pregoeiro

---

**De:** LICITAÇÕES 2ºBPE <[licitacoes.salc.2bpe@gmail.com](mailto:licitacoes.salc.2bpe@gmail.com)>

**Enviado:** sexta-feira, 24 de novembro de 2023 10:23

**Para:** Comissão Permanente de Licitação

**Assunto:** Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 117/2023

Prezados Senhores,

Eu, Agatha Cris Mascarenhas Dias, representante legal da empresa LRA COMERCIO E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ 50.183.777/0001-07, venho, por meio deste documento, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do Pregão Eletrônico em referência, em razão da identificação de irregularidades que, a nosso ver, contrariam os princípios da isonomia, da competitividade e da legalidade estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

A presente impugnação refere-se ao item [9.5.3 Certidão ou Registro que comprove situação ativa e regular perante o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ] do edital, que versa sobre a qualificação técnica, mais especificamente à exigência de cadastro em órgão específico [Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ], como condição de participação no certame. Tal exigência, conforme nossa análise, cria uma restrição indevida à competitividade, limitando a participação de empresas que, embora capacitadas para a execução do objeto, podem não possuir cadastro nesse órgão específico.

É importante salientar que o requisito em questão implica um ônus financeiro para as empresas, uma vez que o cadastro no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ, demanda custos prévios, incorrendo em despesas antes mesmo da participação efetiva no certame. Tal imposição onerosa pode desestimular a participação de empresas qualificadas, contrariando o princípio da economicidade.

A Lei nº 14.133/2021 preconiza a ampla participação de interessados, vedando práticas que possam restringir desnecessariamente o universo de concorrentes. Nesse sentido, solicitamos a revisão desse requisito, a fim de garantir a aderência do edital aos princípios da legislação vigente.

Requiro, portanto, a análise e reconsideração por parte da Comissão de Licitação, sugerindo a exclusão da exigência de cadastro, ou, alternativamente, a adoção de critérios que permitam a comprovação da capacidade técnica de forma mais ampla e acessível, sem onerar desnecessariamente as empresas.

Caso não seja acatada a presente impugnação, reservamos o direito de buscar as vias judiciais cabíveis para resguardar os interesses da nossa empresa e garantir o cumprimento da legislação aplicável.

Coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais, e agradeço antecipadamente pela atenção dispensada.

Atenciosamente,



| Avisos (0) | <b>Impugnações (1)</b>   | Esclarecimentos (1) |
|------------|--|---------------------|
|            | <div>29/11/2023 23:00</div> <div>PROTOCOLO Nº TRF2-EOF-2023/00217<br/>PREGÃO SRP Nº 117/2023<br/>ATA DE DELIBERAÇÃO</div> <div>A empresa LRA COMERCIO E SERVIÇOS, apresentou, tempestivamente, IMPUGNA pregão em epígrafe, nos termos do disposto do do art. 164 da Lei 14.133/21.</div> <div>Insurge-se a empresa, alegando o seguinte item, resumidamente:</div> <div>“A presente impugnação refere-se ao item [9.5.3 Certidão ou Registro que comprove situaç regular perante o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ] do c versa sobre a qualificação técnica, mais especificamente à exigência de cadastro em órgão [Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ], como condição de pa no certame. Tal exigência, conforme nossa análise, cria uma restrição indevida à compe limitando a participação de empresas que, embora capacitadas para a execução do objeto, p possuir cadastro nesse órgão específico.”<br/>É importante salientar que o requisito em questão implica um ônus financeiro para as empr vez que o cadastro no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ, custos prévios, incorrendo em despesas antes mesmo da participação efetiva no certame. Tal i onerosa pode desestimular a participação de empresas qualificadas, contrariando o pri economicidade.’</div> <div>PROTOCOLO Nº TRF2-EOF-2023/00217<br/>PREGÃO SRP Nº 117/2023<br/>ATA DE DELIBERAÇÃO</div> <div>Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, às 17:00 horas, na nº 80, 10º andar, sala 1004, na cidade do Rio de Janeiro, o pregoeiro, TRF2-PSG-202 27.11.2023, para deliberar o seguinte</div> <div>A empresa LRA COMERCIO E SERVIÇOS, apresentou, tempestivamente, IMPUGNA pregão em epígrafe, nos termos do disposto do do art. 164 da Lei 14.133/21.</div> <div>Insurge-se a empresa, alegando o seguinte item, resumidamente:</div> <div>“A presente impugnação refere-se ao item [9.5.3 Certidão ou Registro que comprove situaç regular perante o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ] do c versa sobre a qualificação técnica, mais especificamente à exigência de cadastro em órgão [Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ], como condição de pa no certame. Tal exigência, conforme nossa análise, cria uma restrição indevida à compe limitando a participação de empresas que, embora capacitadas para a execução do objeto, p possuir cadastro nesse órgão específico.”<br/>É importante salientar que o requisito em questão implica um ônus financeiro para as empr vez que o cadastro no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ, custos prévios, incorrendo em despesas antes mesmo da participação efetiva no certame. Tal i onerosa pode desestimular a participação de empresas qualificadas, contrariando o pri economicidade.’</div> <div>Ante as alegações da impetrante, o Pregoeiro passa a deliberar:</div> <div>A presente licitação tem por - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação d especializada para a elaboração dos Projetos Legal e Executivo de Prevenção e Combate a I Pânico, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital. O Edital exige no item 9.5- da qualificação técnica:<br/>9.5.3 Certidão ou Registro que comprove situação ativa e regular perante o Corpo de Bombeir do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ</div> <div>Encaminhada a impugnação ao setor técnico, DIOBR, que se manifestou da seguinte forma:<br/>Em relação à impugnação apresentada pela empresa LRA COMÉRCIO E SERVIÇOS, solic exclusão da exigência de cadastro, ou, alternativamente, a adoção de critérios que pe comprovação da capacidade técnica de forma mais ampla e acessível”, esclareço que a exi inscrição no Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) tem como base del competência do Corpo de Bombeiros de cada unidade federativa para “estudar, analisar, j elaborar as normas de segurança contra incêndio e pânico, bem como exigir e fiscal cumprimento”.</div> <div>Considerando que o edifício do TRF 2ª Região está situado na cidade do Rio de Janeiro imperativo o cadastramento da empresa no Corpo de Bombeiros local, uma vez que cad estadual possui critérios específicos para a aprovação de projetos.</div> <div>A exigência está alinhada nas disposições normativas estabelecidas no art. 35, inciso I do I 42, de 17 de Dezembro de 2018, que determina que empresas habilitadas a elaborar pr segurança contra incêndio e pânico manterão um cadastro atualizado junto ao CBMERJ.</div> <div>Nesse sentido, informo que existem várias empresas registradas no CBMERJ e qualificadas n no Estado do Rio de Janeiro, e a comprovação de sua qualificação e capacidade técnica en elaborados de acordo com as normas do CBMERJ se revela indispensável para que a demonstre sua capacidade para cumprir o objeto do contrato nos termos de qualidade estipulados e em total conformidade com as normativas aplicáveis.</div> <div>Ademais, frente à urgência e à necessidade de aprovação do projeto de combate a incêndio para um prédio existente e em funcionamento como é o caso do prédio do TRF, torna-s aguardar o tempo necessário para que uma empresa obtenha seu registro junto ao Corpo de E do Estado do Rio de Janeiro, especialmente considerando os prazos estabelecidos para a elab Projeto previstos no Edital.</div> <div>Concluindo, ratifico a necessidade da exigência contida no item 9.5.1 do Edital ressaltar mesma não configura uma restrição indevida à competitividade, mas sim uma demanda pe legal para a execução contratual, em conformidade com a legislação vigente.”</div> <div>Considero que o ato convocatório estabelece as regras para a seleção da proposta mais vant administração, não impondo exigências desnecessárias que restrinjam o caráter competitivo de Por fim, não se vislumbra qualquer irregularidade que vicie o edital que se encontra em harm os princípios que regem os procedimentos licitatórios.</div> <div>Segundo Hely Lopes Meirelles em sua obra Licitação e Contrato Administrativo: "Licitação procedimento mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajoso contrato de seu interesse".</div> <div>Considerando que as prerrogativas são detidas pela Administração pública para satisfazer o público, condicionando ou limitando o exercício de direitos públicos e liberdades do i denominando a “supremacia interesse público sobre o particular.(Maria Sylvia Zanella l Direito Administrativo, 11 ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 64).</div> <div>Diante do acima exposto, o pregoeiro considera IMPROCEDENTES as alegações da emp COMERCIO E SERVIÇOS, mantendo os termos do presente Edital.</div> <div>Nada mais havendo a lavrar, encerrou-se a presente ATA, que segue devidamente assin Pregoeiro.</div> <div>Francisco Luís Duarte<br/>Pregoeiro</div> |                     |

